



Etnografía e Análise da Conversação: Convergências e Orientações de pesquisa

Michel Binet

► **To cite this version:**

Michel Binet. Etnografía e Análise da Conversação: Convergências e Orientações de pesquisa. 2010. <halshs-00612701>

HAL Id: halshs-00612701

<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00612701>

Submitted on 29 Jul 2011

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Etnografia e Análise da Conversação: Convergências e Orientações de pesquisa¹

Michel G. J. Binet
GIID-CLUNL / Nov. 2010

(Working Paper)

0. Introdução

A nossa linha de investigação situa-se deliberadamente no quadro de um diálogo interdisciplinar, opção que o presente texto pretende explicitar e fundamentar.

Com efeito, a Análise da Conversação (AC) é um domínio de investigação delimitado e desenvolvido de acordo com orientações de pesquisa de cunho etnográfico. Esta afirmação merece uma fundamentação cuidadosa para promover um diálogo entre analistas da conversação e etnógrafos, diálogo que está longe de ter esgotado todo o seu potencial científico.

Os etnógrafos podem a termo reapropriar-se de um corpo de conhecimentos e de métodos que devem muito ao *modus operandi* da sua própria matriz disciplinar. Por sua vez, os analistas da conversação podem consolidar e aprofundar o seu campo investigativo continuando a tomar de empréstimo conceitos e abordagens desenvolvidos em antropologia.

Primado da pesquisa de terreno

Os antropólogos autodefinem-se, desde os primórdios da disciplina, como *observadores do homem* (Chappey, 2002). A Ciência do homem assenta na observação local e directa do comportamento humano tal e qual ocorre nos seus quadros “naturais”, quer dizer, não artificialmente provocados ou modificados pelos investigadores.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada e discutida na Reunião GIID-CLUNL do dia 06 de Dezembro 2010. Agradeço os comentários, contributos e incentivos dos membros da equipa que marcaram presença nesta Reunião: Adriano Duarte Rodrigues, Isabella Paoletti, Isabel Tómas, Ricardo de Almeida, David Monteiro e Ana Sofia Eustáquio.

Esta abordagem “naturalista” (Rodrigues, 2010) do comportamento humano levou os antropólogos a eleger e a aperfeiçoar a pesquisa de terreno como principal método de recolha de dados. A etnografia é a descrição mais detalhada e completa possível de uma cultura humana localmente observada por meio da pesquisa de terreno. A prática da observação etnográfica, base empírica da ciência do homem, define a identidade da disciplina e dos investigadores, que tendem definir-se cientificamente por referência aos seus terrenos de observação. A literatura antropológica sobre a pesquisa de terreno é abundante e constitui um referencial para todos os investigadores dos outros ramos das ciências sociais e humanas que praticam a observação directa do comportamento humano, frequentemente designada “observação etnográfica”, por homenagem à disciplina que mais contribuiu para o desenvolvimento desta abordagem.

O primado da ida ao terreno, da observação directa e da descrição detalhada despojada de juízos axiológicos caracteriza o ofício de etnógrafo cujo olhar sobre o comportamento humano mantém afinidades com o do etólogo empenhado em observar comportamentos animais nos seus ambientes naturais (Rodrigues, 2010: 1-2).

A AC perfilha este primado atribuído à pesquisa de terreno pelos etnógrafos. Importa considerar este ponto com minúcia.

Permanecendo no terreno de observação e participando em vários graus em acontecimentos e situações da vida social (Johnson, Avenarius & Weatherford, 2006), os etnógrafos tiram notas mentais e notas escritas, dupla actividade cuja economia temporal se relaciona de forma diversa com a própria temporalidade das acções observadas. As notas mentais são guardadas em memória acompanhando de perto o desenrolar da acção observada. Estas notas mentais são o produto de uma observação que envolve uma intensa actividade cognitiva. Os antropólogos contrapõem à passividade do “ver” a actividade de um “olhar” analítico e selectivo. Teoricamente armado, o olhar etnográfico operacionaliza mentalmente grelhas observacionais que recortam focos de atenção e discriminam dados irrelevantes e dados pertinentes que importa registar. Este registo mental de “dados” é informado por construções teóricas que dão a ver de uma forma organizada e inteligível acontecimentos e acções presenciadas no terreno. Esta parte do trabalho de teorização está subordinada à prática da observação. Existe um desenvolvimento conjunto e um condicionamento recíproco das teorias e das observações, cuja estreita articulação define os saberes dos etnógrafos.

As notas mentais podem ser convertidas em notas escritas num caderno de terreno, à medida que vão sendo elaboradas no próprio decurso da observação. Esta transcrição de notas de observação levanta no entanto problemas: *a)* aumenta a visibilidade da actividade de observação, agravando o risco de interferência da pesquisa no normal desenrolar dos acontecimentos; e *b)* obriga o investigador a dividir a sua atenção entre duas tarefas (observar e anotar), agravando o risco de perda de dados relevantes. Para obviar a estes riscos, a alternativa consiste em separar temporalmente as actividades de observação e de anotação, remetendo para mais tarde a conversão das notas mentais em notas escritas. Contudo, a nossa memória é instável, o que obriga a uma disciplina diária de registo escrito das observações (manutenção de um diário de campo).

A jornada de trabalho do etnógrafo não segue a dupla morfologia diurna e nocturna da vida do grupo humano observado. Quando os sujeitos se retiram dos espaços de sociabilidade grupal e dos quadros de interacção alargada e se isolam em territórios de acesso restrito (inacessíveis à investigação), o etnógrafo aproveita esta ausência momentânea de terrenos abertos à observação para se isolar e pôr em dia as suas notas de observação. Também não é raro ver o etnógrafo improvisar ao longo do dia um momento de isolamento (ida à casa de banho, por exemplo) para capturar por escrito notas de observação pormenorizadas de uma interacção acabada de ser observada. Na ocasião de certos acontecimentos, o etnógrafo pode optar por renegociar pontualmente as modalidades de abertura do terreno, solicitando uma autorização alargada para observar, anotar, entrevistar e fotografar, por exemplo. A maior ou menor visibilidade da actividade de anotação escrita é um aspecto importante das negociações referentes à presença do etnógrafo no terreno de observação. A negociação de um estatuto de participação permitindo abrir terrenos e minimizar as possíveis interferências decorrentes da presença de um observador pode constranger a actividade de registo escrito. A pesquisa de terreno exige um retorno reflexivo sobre as relações de inquérito que lhe são inerentes (Obadia, 2003 ; Goyon, 2005 ; Fogel, 2009). Estas negociações e decisões constituem estratégias de abertura de terreno que condicionam as modalidades de realização de cada pesquisa de terreno.

Além destas modalidades de gestão temporal da actividade de anotação, importa ainda referir que a escrita etnográfica se desdobra em vários tipos de notas, passíveis de ser ordenadas ao longo de um continuum que vai do registo factual à análise teórica, deixando no entanto bem claro que não existem “dados brutos”, virgens de qualquer

análise teórica. Os “observáveis” são teoricamente construídos, como tivemos já o cuidado de salientar. As notas de registo factual fixam (por tópicos, breves relatos, esquemas, desenhos, etc.) dados materiais e comportamentais indexados a uma situação precisamente identificada e localizada no espaço e no tempo: quem fez ou disse o quê e como, onde e quando, interagindo com quem e com que efeitos? A complexidade da trama simbólica e interacional dos acontecimentos é de tal ordem que nenhum investigador pode pretender esgotar o real nas suas descrições, como fazia questão de salientar Max Weber na sua fundamentação do recurso a uma metodologia qualitativa em sociologia. Dito por outras palavras, o registo factual pormenorizado de comportamentos sociais para fins investigativos é uma tarefa muito exigente teoricamente orientada. As notas mais teóricas são muitas vezes reelaborações de notas aparentemente mais empíricas, cuja reescrita visa devolver e sistematizar os quadros teóricos que lhes são subjacentes. «*Descrerver, de-scribere, significa etimologicamente escrever de acordo com um modelo, isto é, proceder a uma construção, a um recorte, a uma análise no decurso da qual se efectua um ordenamento*», precisa François Laplantine (2000: 34), empenhado em realçar a dimensão teórica do trabalho de descrição etnográfica, «*actividade de construção e de tradução no decurso da qual o investigador produz mais do que reproduz*» (2000: 37), que tem por base empírica as notas de observação no terreno.

É no plano das modalidades muito concretas de observação e de registo no terreno das condutas e das acções que convém examinar as estratégias metodológicas dos analistas da conversação, para uma justa apreciação da orientação etnográfica deste campo de investigação.

Os “observáveis” e as escalas de análise: ambição monográfica e detalhes etnográficos

A antropologia é animada por um projecto de totalização dos saberes parciais elaborados nos vários ramos das ciências sociais e humanas. Esta grande ambição científica reveste nomeadamente a forma da monografia etnográfica que se esforça por descrever, o mais completamente possível, uma dada cultura local considerada em todos

os seus aspectos. A prossecução deste projecto passa por uma atenção prestada aos pequenos detalhes próprios a uma multiplicidade de planos e dimensões de organização da vida social, o que explica a grande riqueza do olhar etnográfico sobre o comportamento humano. Os focos de atenção dos analistas da conversação se inscrevem plenamente neste programa investigativo multifacetado delineado pela etnografia.

Saber prestar a devida atenção aos detalhes potencialmente reveladores da ordem social e cultural é uma importante faceta da competência do etnógrafo. O pesquisador de terreno pode e deve observar minuciosamente fenómenos de escala micro-analítica. Esta componente micro-etnográfica da pesquisa de terreno vocaciona os antropólogos a acolher e integrar os contributos da Análise da Conversação.

Sem (micro-)etnografias locais detalhadas, não é possível desenvolver plenamente e com o devido rigor a ciência do homem. Com efeito, uma série de descrições detalhadas dos “etnométodos” observados em culturas locais constitui uma base empírica sólida para comparações interculturais de âmbito regional e apuramentos de hipotéticos universais do comportamento humano, de pleno acordo com o programa em três etapas defendido em antropologia por Claude Lévi-Strauss: etnografias locais, etnologias regionais e uma antropologia dos universais do comportamento humano. O saber dos antropólogos adquire o seu rigor das pesquisas (micro-) etnográficas que constituem a sua base empírica.

Perspectiva emic e etnometodologia: observar de dentro e de perto a construção interactiva da ordem social

A adopção de uma perspectiva *emic* é fruto da recusa do etnocentrismo do olhar do observador, desafiado a romper com as suas próprias “prénoções” e categorias culturais que ameaçam enviesar as suas observações. Cada cultura forma um mundo organizado de acordo com lógicas e categorias que lhe são próprias, que compete ao etnógrafo apreender de dentro e de perto pela via da pesquisa de terreno. Objectivar e compreender as acções observadas de acordo com as significações e as normas que as motivam e organizam, eis um dos principais objectivos das investigações.

Os actores sociais são os produtores e gestores da organização do mundo em que vivem. Para tal, recorrem a “métodos”, “ferramentas” (ingl. *tools*) e “dispositivos” (ingl. *devices*) que constituem importantes objectos de estudo na perspectiva da etnometodologia, corrente microssociológica norte-americana na origem da Análise da Conversação. Os etnometodólogos estudam os “métodos vulgarmente usados” (ou *etnométodos*) pelos interactantes para a organização e a co-gestão da ordem das suas interacções. A orientação e a relevância etnográficas deste programa de investigação são patentes à luz da nossa descrição da etnografia.

A dimensão cognitiva desta construção interactiva do mundo social dá-se a analisar nas trocas conversacionais. O estudo das categorizações constitutivas da ordem social produzidas e reproduzidas conversacionalmente pelos participantes a uma interacção levou Harvey Sacks e os analistas da conversação a desenvolver uma abordagem analítica especializada: a *Membership Categorization Analysis* (MCA), que é passível de se cruzar e articular com várias tradições de investigação antropológica, entre as quais destaco aqui a antropologia hermeneutica de Clifford Geertz. As passagens de um campo a outro (da etnografia à AC) se efectuam nos dois sentidos e em múltiplos pontos de contacto e intercâmbio.

Compreensão e extensão dos conceitos: perspectivas emic e etic em debate

A grelha observacional que a AC e o seu sistema articulado de conceitos permitem operacionalizar é dotada de um poder descritivo e analítico que habilita o investigador a estudar minuciosa e intensivamente um dado evento interaccional encarado na sua singularidade. Este poder de descrição intensiva confere à AC um valor heurístico elevado na perspectiva de uma etnografia interessada em “descrições densas” de práticas e comportamentos que constituem chaves para uma compreensão de dentro (intracultural e intrasituacional) das culturas humanas consideradas na sua diversidade, de acordo com uma perspectiva *emic*.

Paradoxalmente, é a própria heurística desta grelha observacional extensível com êxito a múltiplas ou até a todas as culturas que expõe a AC a sujeitar-se a um intenso debate no quadro disciplinar da antropologia. O seu alcance intercultural autoriza a AC

a candidatar-se ao estatuto de teoria *etic* capaz de apurar e descrever estruturas e funcionamentos comuns às interacções conversacionais observadas em diversas culturas. Este estatuto teórico atribuído a uma dada abordagem desencadeia sempre um intenso e incansável debate em antropologia. É o caso por exemplo da obra de Erving Goffman: o seu enraizamento num dado contexto cultural e sociohistórico é realçado por investigadores reticentes em ratificar o seu alcance descritivo que se estende muito além das fronteiras temporais e culturais da vida do seu autor². Semelhantemente e pelos mesmos motivos, a AC é suspeita e alvo de críticas no mesmo sentido em virtude precisamente do seu alcance descritivo não confinado às fronteiras de uma única cultura.

Michael Moerman (1992: 32) descreve o seu entusiasmo mas partilha também a sua angústia ao verificar que os aldeões tailandeses gravados no seu terreno coordenam as suas trocas verbais em conformidade com o que prevê a AC. A transculturalidade ou universalidade das regularidades comportamentais evidenciadas pela AC é uma questão cuja importância é salientada por Moerman. Mas este último não pretende tratar desta questão, apadrinhando outro projecto, talvez aparentemente mais humilde, o de usar as regularidades da organização conversacional como ferramentas de pesquisa etnográfica em múltiplos terrenos de observação.

Sem pretender encerrar um debate desta importância, que, na minha qualidade de antropólogo, considero dever ser reaberto frequentemente e travado com rigor à medida que as pesquisas avançam, acho importante tentar pacificar as discussões para salvaguardar a sua qualidade fazendo notar o seguinte: os analistas da conversação seguem uma metodologia indutiva, e isso com grande convicção e assertividade. São os primeiros a alertar contra o risco de rotinização das investigações, que resulta precisamente do poder heurístico da sua grelha observacional. Em vez de projectar de cima para baixo conceitos rigidificados (em razão mesmo do seu grau de consolidação) da conversação chamam a atenção para a riqueza das reformulações conceituais e das descobertas proporcionadas por uma abordagem verdadeiramente indutiva atenta às singularidades de cada interacção verbal transcrita (ten Have, 2007: 41). A riqueza das publicações que daí resulta traduz bem este dinamismo de investigadores decididos a manter o espírito de pesquisa e de descoberta que marcou a origem deste campo.

² «*The broad generality of Goffman's claim that the interests of face-maintenance are universal among humans remains to be demonstrated empirically*», comenta Frederick Erickson (2004: 144), numa atitude investigativa típica dos etnógrafos, que no entanto não impede Erickson de se apoiar em Goffman para o desenvolvimento dos seus estudos microetnográficos.

A definição em compreensão dos conceitos é posta à prova na análise detalhada de cada transcrição. O quadro teórico-conceitual da AC é empiricamente fundamentado. Esta afirmação é um truísmo: todas as teorias são empiricamente fundamentadas nas ciências de observação. O que destaca a AC é o vigor desta fundamentação empírica, atenta às «*evidências êmicas*» (Loder & Jung, 2008: 43) ou factos tratados localmente como relevantes pelos próprios falantes em cada transcrição. As sessões de análise em grupo (*Data Sessions*), que constituem uma tradição neste campo, são o quadro de um intenso trabalho que comprova bem o vigor e o dinamismo que presidem ao estudo de cada transcrição.

Deste intenso trabalho de análise que segue um método indutivo resultam conceitos empiricamente fundamentados cuja definição em extensão interpela os antropólogos e suscita um debate, o qual, paradoxalmente, constitui um sinal do alcance destas investigações para a Ciência do homem e da sociedade.

Fenómenos sociais totais e Detalhes etnográficos: o exemplo dos ritos

A noção maussiana de *fenómeno social total* corresponde a uma orientação investigativa de base do estruturalismo: a procura de homologias estruturais (Boudon, s/d: 105-111) unindo um dado fenómeno parcial e a organização de conjunto do mundo social em análise. Propriedades estruturais do todo social estão presentes e passíveis de serem observadas em cada ou pelo menos algumas das suas partes. Esta hipótese de trabalho, que orienta pesquisas empíricas em múltiplos domínios de investigação em antropologia e sociologia, é bem presente nas abordagens desenvolvidas pelos antropólogos que recorrem aos conceitos e métodos da AC, como atesta o título do quinto capítulo do importante livro de Michael Moerman (1996; Primeira edição: 1988) acerca da cultura Thai, na Asia Sul-Oriental: *A Sociedade num grão de arroz: um exercício de Micro-Etnografia*.

Esta hipótese tem uma longa história. Confere por exemplo a sua orientação a um importante ramo da sociologia durkheimiana que se dedica especialmente ao estudo do espaço: a *morfologia social*. Claude Lévi-Strauss, que considerava a morfologia sócio-

espacial como a principal descoberta da escola sociológica francesa, comprovou que as estruturas sociais tendem em se materializar no ordenamento do espaço de aldeias de sociedades tribais amazônicas, hipótese que tinha sido objecto de uma primeira sistematização no famoso artigo conjunto de Émile Durkheim e Marcel Mauss datado de 1903: *De quelques formes primitives de classification*. A antropologia do espaço (Paul-Lévy & Ségaud, 1983) explora esta hipótese alargando a base empírica da mesma por meio de pesquisas etnográficas.

O conceito de rito é fundamental em etnografia, campo disciplinar que lhe consagra muitas elaborações teóricas e numerosos trabalhos de observação. O seu estudo é outro importante domínio de investigação antropológica que segue um mesmo *modus operandi*. É a descrição detalhada apoiada em observações de terreno que habilita o etnógrafo a abordar um dado rito como *fenómeno social total* (Marcel Mauss): nos pormenores da organização e do desenrolar do rito, se materializam as estruturas de toda uma sociedade.

O simbolismo performativo do rito codifica e ordena os lugares de uns e de outros, numa sociedade que por este meio se apresenta perante si própria coisificando a sua ordem: a ordem do signo é signo da ordem (Binet, 1998). A ordem social se dá a observar e analisar nos ritos, daí a importância do seu estudo em etnografia.

Os ritos são analisáveis como eventos comunicacionais, perspectiva analítica desenvolvida pela etnografia da comunicação, corrente investigativa que exerceu uma influência directa sobre o sociólogo Harold Garfinkel, o fundador da etnometodologia. O alcance para as ciências sociais e humanas deste enfoque etnográfico sobre a dimensão comunicacional dos ritos é determinado pela extensão do próprio conceito de rito, o qual se emancipou da esfera religiosa, se alargando doravante a todos os campos da vida profana (Rivière, 1995). A abordagem antropológica da ritualização do comportamento humano nos vários quadros de participação à vida social passa pelo estudo da dimensão comunicacional das condutas observadas, numa clara convergência com o programa e os objectivos das investigações desenvolvidas em AC. O presente parágrafo retrata bem as etapas de um percurso investigativo que foi o meu, que me levou da etnografia da comunicação à AC, sem revolução paradigmática digna deste nome, em virtude das continuidades e convergências existentes entre ambos os campos.

Organização sequencial dos ritos e das interações verbais: Etnografia e AC

Estas convergências incidem sobre questões verdadeiramente centrais. Uma vez registado (por notas de observação de terreno, fotografias, filmagens, etc.), o rito é recortado analiticamente em sequências consecutivas, de forma a evidenciar o encadeamento de actos e de falas constitutivo da sua organização sequencial e a ordem social que lhe corresponde. O registo de um dado rito não vem acompanhado de legendas sinalizando as fronteiras temporais que separam as sequências que o compõem. Este recorte assenta num trabalho minucioso de análise e interpretação levado a cabo de acordo com um método indutivo. É da própria análise que emerge o encadeamento ordenado de sequências que compõe a estrutura do rito.

A teoria dos ritos de passagem de Arnold Van Gennep é «(...) antes de mais, um método de trabalho que impõe o estudo de uma manifestação ritual na sua totalidade, decompondo-a em sequências consecutivas, e não a comparação fora de contexto de manifestações [isoladas e descontextualizadas] percebidas aqui e ali no universo das sociedades» (Segalen, 2000: 32).

«Um rito ou um acto social não tem valor nem sentido intrínsecos constantes; muda de valor e de sentido de acordo com os actos que o precedem e com os que o seguem; de onde se conclui que para compreender um rito, uma instituição ou uma técnica, não devemos extrair-lo arbitrariamente do conjunto cerimonial, jurídico ou tecnológico em que está inserido; mas, pelo contrário, é sempre necessário considerar cada elemento deste conjunto nas suas relações com todos os outros elementos» (Van Gennep, Notice des titres et travaux scientifiques, 1911) (Segalen, 2000: 33).

«Os ritos compõem-se de sequências ordenadas; são um encadeamento prescrito de actos» (Segalen, 2000: 31).

Estas citações de Martine Segalen explicitam bem o lugar da teoria na observação e análise etnográficas de acontecimentos sociais. A teoria dos *ritos de passagem* de Arnold Van Gennep, ela própria assente numa extensa base de observações empíricas, faculta aos etnógrafos uma matriz de questionamento ordenado, de descrição e de decomposição analítica de comportamentos sociais, atenta à sua organização sequencial. Até 1909, data da publicação da obra de Van Gennep, os actos que compõem os ritos

eram extraídos do encadeamento de actos onde se inserem, para serem interpretados e comparados com actos alegadamente semelhantes pertencentes a outros ritos (da mesma cultura ou de culturas vizinhas ou distantes), eles próprios isolados da sequência ritual de que são partes integrantes. Esta descontextualização dos dados era contra-producente (uma «*poussière de faits*», “poeiras empíricas”) e cientificamente errada.

Com Arnold Van Gennep, o registo completo do rito e do seu desenrolar sequencial torna-se um imperativo metodológico que se revelou de elevada heurística. Os factos integram uma ordem cuja integridade é respeitada e restituída por esta metodologia que desde então passou a ser seguida pelo conjunto dos etnógrafos. Interligados no seio de uma estrutura sequencialmente organizada, os factos se condicionam mutuamente configurando uma ordem dotada de valores semânticos e pragmáticos. O valor funcional de um dado acto, por exemplo, é inseparável da cadeia operatória que integra. A metodologia seguida proporciona doravante descrições integrais cuja análise permite aos investigadores apreender os factos na sua ordenação.

No quadro das ciências da linguagem, a AC opera uma mudança paradigmática nesta mesma direcção, condenando a descontextualização dos dados na constituição dos corpora. Os analistas da conversação privilegiam como base empírica dos estudos da linguagem gravações e transcrições integrais de trocas conversacionais ocorridas em quadros “naturais” (não provocadas ou modificadas pelos investigadores). O valor semântico-pragmático de uma forma linguística (um «sim», por exemplo) é inseparável da sequência conversacional que contribui em compor, que só um registo completo da interacção verbal considerada fiel à sua organização sequencial permite analisar adequadamente.

Repito e insisto: a convergência aqui apurada entre a etnografia e a AC corresponde a um ponto fundamental para ambas as disciplinas. As citações acima reproduzidas de Martine Segalen testemunham a importância da obra de Arnold Van Gennep, reconhecida pelos etnógrafos do mundo inteiro. Quanto à AC, cito como testemunha uma das mais importantes obras publicadas neste campo, unanimemente reconhecida como tal pelos seus pares, o livro publicado em 2007 por Emanuel Schegloff, que tem precisamente por tema principal a organização sequencial das interacções conversacionais.

Controvérsias em redor da noção de «contexto» e das suas implicações metodológicas

O tratamento do «contexto» nos planos da observação e da análise dá matéria a uma controvérsia que assombra a relação entre etnógrafos e analistas da conversação. Abordo o problema tendo por pano de fundo as convergências acima apuradas entre ambas as disciplinas.

Certos etnógrafos acusam os conversacionalistas de não levarem em conta «dados etnográficos» nos seus estudos. São apelidos «dados etnográficos» dados referentes a contextos alargados cujas delimitações ultrapassam os quadros limitados das interacções verbais em análise. Levanto logo uma pergunta: a questão das escalas analíticas implicadas no recorte dos observáveis e das unidades de análise permite traçar uma fronteira separando «dados não etnográficos» e «dados etnográficos»? Admitir tal pressuposto sem questionamento enviesa a discussão exigida pelo problema.

O posicionamento da própria etnografia no campo das ciências sociais é inseparável de uma defesa de estudos de escala micro-analítica baseados em pesquisas de terreno. É certo que, comparativamente, a AC privilegia uma escala analítica ainda mais microscópica (que poderíamos chamar «nano-analítica»). Mas, mais do que a uma mudança de fundo dos argumentos trocados, assiste-se a uma deslocação do debate.

As réplicas da etnografia às críticas de que é alvo, dirigidas contra as limitações dos contextos de interacção presenciais passíveis de serem observados localmente no decurso de pesquisas de terreno, consistem fundamentalmente em contrapor a riqueza destes materiais empíricos e a sua relevância sociológica: “*fenómenos sociais totais*”, os comportamentos de interacção observáveis no terreno documentam a ordem da própria sociedade e das suas instituições. Os analistas da conversação são levados a retomar semelhantes linhas de argumentação para legitimar a escala das suas pesquisas.

Estudar por exemplo a arte da tecelagem praticada no quadro de um dado atelier dotado de uma organização sócio-técnica localmente observável constitui para os etnógrafos um objecto digno de uma monografia detalhada e minuciosa. Estudar caso a caso, detalhadamente e à escala local as artes do falar-em-interacção praticadas em inúmeros microcontextos, constitui um vasto programa de investigação etnograficamente

relevante que abrange todas as culturas humanas. Esta arte da tecelagem conversacional geradora da trama da ordem social é um objecto em redor do qual confluem várias tradições investigativas oriundas da antropologia, da sociologia e da linguística.

A sociedade humana organiza-se em várias escalas, sendo cada uma justificável de estudos específicos dotados de métodos próprios. Daí o pluralismo metodológico em ciências sociais. Os estudiosos que se dedicam a investigar fenómenos de grande escala podem manifestar alguma reticência em integrar contributos de estudos realizados numa escala menor, e reciprocamente. Desarmar estas controvérsias não é tarefa fácil. Heurísticos, alguns destes debates precisam de ser travados para o aprofundamento dos conhecimentos.

O objecto em jogo em cada uma destas controvérsias passa pelo reconhecimento de um campo de investigação como incidindo sobre uma ordem de fenómenos que se configura de forma relativamente autónoma a uma dada escala. Erving Goffman, por exemplo, defendeu que um conjunto de comportamentos organiza-se à escala das situações de interacção, cuja observação directa deveria constituir o principal objecto de uma sociologia micro-analítica. A riqueza das suas pesquisas veio consolidar esta tomada de posição a favor de estudos microssociológicos, sem prejuízo de possíveis articulações com estudos macrossociológicos (Cicourel, 2008).

Longe de uma mera pré-definição macro-estrutural das situações de interacção, a observação directa revela uma co-definição (ou co-redefinição) interactiva dos lugares e estatutos de interacção, trabalho que se efectua comunicacionalmente. As abordagens goffmaniana e etnometodológica da co-definição comunicacional dos microcontextos de interacção revelam toda a riqueza da actividade dos interactantes. A ordem da interacção não só existe e constitui um objecto de estudo legítimo, como ainda é (inter) activamente implementada e gerida por sujeitos dotados de competências multifacetadas. Por outras palavras e seguindo de perto Harold Garfinkel: os sujeitos construídos e estudados à luz desta abordagem interaccionista não são meras marionetas passivamente controladas à distância por normas impostas de fora por quadros institucionais de grande escala. As normas macro-institucionais são localmente renegociadas e reinventadas pelos actores, e isso dentro de limites constrangedores que compete à pesquisa empírica apurar. Criticar o macrodeterminismo unilateral em ciências sociais não implica negar a existência de constrangimentos macrossociais nem

a importância do seu estudo para explicar a reprodução da sociedade e das suas estruturas de grande escala. Desenvolver estudos de escala micro-analítica não exige uma declaração de fé em favor de um interaccionismo radical. Citando Adriano Duarte Rodrigues³, a posição defendida aqui é a de um “interaccionismo metodológico”⁴ interessado em promover pesquisas que privilegiam uma escala micro, sem no entanto contestar a validade de estudos incidindo sobre escalas de maior dimensão, cujos possíveis contributos são tidos em grande atenção.

Observações e análises de micro-escala permitem trazer à luz do dia microcomportamentos co-ordenados e co-ordenadores. A etnometodologia evidencia a existência de um plano de organização da vida social composto por microcontextos ordenado(re)s, revelando pela análise empírica o trabalho de produção local de micromundos socialmente (re)organizados de dentro pelos seus participantes.

A questão do « contexto » e das modalidades da sua tomada em consideração dividem os Analistas da conversação em duas grandes tendências (ten Have, 2005: 53-60): 1) uma primeira tendência, dita de AC pura, privilegiada por Schegloff (1991), consiste em centrar a análise na gravação e na transcrição da interacção verbal, remetendo para segundo plano dados oriundos de outras fontes (recolhidos por observação de terreno, nomeadamente); 2) uma segunda tendência, dita de AC aplicada, presta mais atenção a dados externos à interacção verbal (“extrasituacionais”), que permitem uma melhor contextualização da troca conversacional (Cicourel, 1992: 301-309). Estas duas orientações de pesquisa não se opõem necessariamente. E isso por dois motivos:

- 1) a primeira orientação de pesquisa dá a conhecer de forma sistemática a “maquinaria” da conversação, cuja adaptação a contextos específicos, ligados à esfera laboral nomeadamente, é estudada de perto pela segunda orientação investigativa;
- 2) reciprocamente, a segunda tendência dá a conhecer de fora (recorrendo a outras fontes do que as gravações) dados contextuais, habilitando a primeira orientação a identificar melhor a sua “internalização conversacional” operada pelos próprios interactantes. Trata-se de encarar e estudar «*os processos pelo meio dos quais os participantes levam em conta, constroem e manipulam aspectos do*

³ Reunião GIID-CLUNL do 06 de Dezembro 2010.

⁴ Isaac Joseph (1996) usa a expressão «*situacionismo metodológico*».

contexto como um traço constitutivo das actividades em que se envolvem»
(Goodwin & Duranti, 1992: 9).

O « contexto » posto e redesenhado pelos próprios falantes é construído conversacionalmente em vários níveis. A noção de « co-texto » chama a atenção do analista sobre o ponto seguinte: cada fala constitui um contexto para as outras falas. Uma dada fala, por exemplo, pode valer como resposta no contexto criado por uma pergunta colocada num turno anterior de outro falante (ou do mesmo falante, no caso das perguntas ditas réticas). Participar numa conversação é simultaneamente tomar a palavra em microcontextos (ou « nanocontextos ») projectados por falas anteriores e contribuir em desenhar um novo microcontexto que condicionará as intervenções seguintes. Estes condicionamentos mútuos que ligam entre si turnos de fala configuram microsequências que se materializam nomeadamente sob a forma de pares adjacentes. Condicionadas, as palavras de cada sujeito falante exercem também um mesmo poder coercivo sobre a participação dos interlocutores, criando contextos que impõem uma escala de relevância ao dizível, tida em conta pelos falantes. «Co-texto » e « relevância condicional » são noções solidamente ancoradas no estudo empírico de trocas conversacionais “naturais”. Um dado falante que diz algo pouco relevante à luz da escala de relevância projectada por um turno anterior se dará frequentemente ao trabalho de se justificar previa ou posteriormente, gerando assim uma expansão da sequência conversacional de base, a qual constitui no olhar do analista um documento que valida empiricamente a teoria microconstructivista da abordagem etnometodológica: o « contexto » é produzido localmente (passo a passo) pelos falantes.

A outro nível, não tão directamente observável, que podemos chamar *inferencial*, por referência à actividade cognitiva dos sujeitos, o « contexto » reveste a forma de um quadro interpretativo que fixa o sentido das falas. Uma forma de trato, por exemplo, projecta uma definição da situação interlocutiva e respectivos estatutos dos que nela participam, que contribui em fixar para os próprios interactantes um quadro interpretativo do sentido das suas respectivas acções e palavras. A troca conversacional se efectua dentro de mundos cognitivos por ela convocados, partilhados em maior ou menor grau pelos falantes. Representações, categorizações e saberes configuram mundos ordenados mentalmente que funcionam na conversação como quadros ou

contextos interpretativos. Categorizar como “defesa direita” um dado interlocutor no decurso de uma conversação é convocar a representação mental de um pequeno mundo social muito organizado (o de uma equipa de futebol) como quadro de interpretação dos discursos trocados. Como já tivemos oportunidade de mencionar, este nível de análise do contexto das conversações converge com abordagens interpretativas da cultura em antropologia.

A passagem de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica materializa-se no plano da terminologia: no seguimento de John Gumperz, os investigadores podem optar pelo termo «contextualização», em detrimento do de «contexto».

Esta questão terminológica convida a uma justa apreciação do alcance da AC: longe de sair fragilizada de uma discussão sobre a noção de «contexto» e as suas implicações metodológicas, os Analistas da conversação podem fazer valer que 1) estudam comportamentos que pelas suas interdependências e condicionamentos mútuos configuram uma ordem que corresponde a um plano relativamente autónomo de organização da vida social; que 2) dão a conhecer a sua produção local que, por uma parte essencial, se efectua por meio da conversação; 3) sem omitir no entanto ligações a ordens sociais de escala maior tornadas relevantes pelos próprios interactantes (identidades reivindicadas, recursos mobilizados, direitos e deveres assimétricos, campos de informações a preencher definidos por formulários, etc.) (de Kok, 2008).

Convém salientar que, à revelia de uma controvérsia estéril, este alcance da AC lhe advém precisamente da sua orientação etnográfica. Passo a fundamentar esta asserção: dados comportamentais observados em contextos naturais constituem a base empírica da antropologia. Os etnógrafos não descuram contributos de fontes indirectas: arquivos, questionários, entrevistas de informantes, relatos biográficos, por exemplo. Mas de forma alguma negligenciam a possibilidade de observar directamente um dado fenómeno. A pesquisa de terreno é o método privilegiado da etnografia, ou seja, o registo directo de comportamentos autênticos observados em contexto real. Para o efeito, o etnógrafo pode recorrer a técnicas auxiliares de registo: grelhas de observação, fotografias ou filmagens, nomeadamente. Estas técnicas de registo respeitam a orientação metodológica privilegiada pela etnografia: fixam dados comportamentais

capturados nos seus contextos naturais de ocorrência. Estes dados comportamentais devidamente contextualizados têm para o etnógrafo um valor científico muito superior aos dados descontextualizados obtidos por outros métodos de inquirição. Entrevistar um assistente social sobre a sua prática profissional permite recolher dados verbais produzidos em situação de entrevista, fora do contexto de exercício desta prática. Estes dados, uma vez triangulados com outros, podem enriquecer as análises. Mas em si, constituem um corpus de alcance limitado. O discurso sobre a prática gerado fora do contexto do seu exercício recolhido por entrevista ou por questionário deixa escapar inúmeros aspectos e detalhes que só uma observação *in situ* permite capturar. Observar directamente a prática profissional no contexto real do seu exercício é seguramente a opção metodológica privilegiada pela etnografia (sem prejuízo da eventual aplicação de outros métodos). À luz do que acabou de ser dito, podemos apelar de «etnográficos» dados comportamentais observados em contextos naturais.

É também o método privilegiado pela etnometodologia: apenas dados comportamentais devidamente contextualizados recolhidos no terreno colocam ao alcance do analista o estudo da construção interactiva dos contextos de acção recíproca. É a observação etnográfica que habilita o etnometodólogo a proceder a uma abordagem microconstructivista da ordem social.

A etnografia visual recorre à fotografia como técnica auxiliar da observação de terreno, que proporciona ao etnógrafo imagens fixas cuja análise e comentário facilitam a descrição ordenada dos comportamentos e das situações.

A etnografia audiovisual (filmagens) permite o registo do desenrolar temporal de comportamentos observados em contextos naturais. Esta poderosa técnica auxiliar autoriza (com recurso a programas informáticos) visionamentos repetidos e anotações detalhadas dos comportamentos e da sua organização sequencial, em várias escalas. Trabalho de observação no terreno e trabalho de análise se encontram cada vez mais dissociados temporalmente. Se o registo for tecnicamente completo superando até as capacidades sensoriais e memoriais do investigador de terreno, o trabalho científico do etnógrafo pode se concentrar na análise de um corpus cujos dados são etnograficamente validos: registos comportamentais devidamente contextualizados. A validade etnográfica de um corpus de filmagens em contexto natural e da sua micro-análise impulsionou a difusão do termo de *micro-etnografia* (ver nomeadamente Erickson,

1992 e 2004), usado por Michael Moerman no livro *Talking Culture: Ethnography and Conversation Analysis*, cuja primeira edição em 1988 muito contribuiu para divulgar a AC entre os antropólogos americanos. Tal neologismo é um sinal do protagonismo dos antropólogos neste campo de investigação que promove uma abordagem dita multimodal dos comportamentos de comunicação e interacção, onde se observa um nível muito avançado de convergência e até fusão entre as disciplinas.

Observa-se no entanto um certo bloqueio referente aos corpora de dados áudio. O termo «*micro-etnografia*» se difunde sobretudo no subcampo que se dedica à recolha e análise multimodal de dados audiovisuais. Os etnógrafos parecem até a data algo reticentes em seguirem plenamente Moerman admitindo sem reserva a validade de meros registos áudio como base empírica dos seus estudos. Gravações áudio não constituiriam «dados etnográficos» de pleno direito. A competência observacional do etnógrafo sobrevaloriza tradicionalmente o canal visual. Não só invoco o nome de Malinowski para desafiar os meus pares a revalorizarem o canal auditivo («*O etnógrafo deve ter olhos e ouvidos (...)*»), desafiou Malinowski [2002a: 238] nos seus famosos textos datados de 1935 sobre o importante lugar na pesquisa etnográfica dos dados resultantes de uma observação da fala); como ainda faço notar o seguinte: a análise multimodal de filmagens do comportamento comunicativo em situações naturais apoia-se em grande medida no quadro analítico da AC. A análise de gravações áudio permitiu a construção de um quadro teórico gerador de uma grelha observacional que se revelou apta a orientar de forma heurística a descrição de filmagens. Os dois campos delimitados por referência à natureza áudio ou audiovisual das suas bases empíricas se consolidam e validam mutuamente. Tal facto convida os etnógrafos a ratificar a posição defendida por Moerman, reconhecendo o pleno estatuto de «dados micro-etnográficos» a gravações áudio.

A escolha das técnicas auxiliares de registo: filmagens ou gravações áudio?

A pesquisa de terreno permite ao investigador presenciar e observar sequências de (inter)acção. Estes dados de observação directa habilitam o etnógrafo a efectuar no

contexto em estudo (uma fábrica, um navio transatlântico, uma escola, um gabinete de acção social, um lar de idosos, uma esquadra de polícia, etc.) um levantamento de quadros de actividade e de acção recíproca passíveis de descrições minuciosas com o auxílio de técnicas de registo: desenhos, fotografias, gravações e filmagens, nomeadamente.

Todas as coisas sendo iguais, filmagens constituem registos documentais dos comportamentos de interacção muito mais completos do que meras gravações áudio.

Uma câmara de filmagem permite com efeito capturar visualmente o entrelaçar das acções verbais e das acções não verbais próprio a uma dada interacção. Uma gravação áudio limita-se a proporcionar indícios sonoros de certas actividades não verbais (não de todas): cego, o analista apura a sua audição e arrisca por vezes reconstituições mais ou menos incertas⁵. A actividade de preenchimento de um formulário num computador implica a utilização de um teclado, que produz ruídos característicos que o gravador pode ter registados, indícios sonoros que servem de base empírica às anotações do transcritor de actividades não verbais que integram o encadeamento de actos constitutivo do acontecimento interaccional. Por contraste, dados audiovisuais constituem uma base empírica muito mais sólida, ao ponto de poder documentar para efeitos de análise longas sequências de acção individual ou inter-individual de natureza não verbal, recorrentes em muitas situações de trabalho. Um gravador é um instrumento de registo muito mais limitado, que não viabiliza o estudo dos contextos laborais onde ocorrem maioritariamente actividades não verbais.

Não só o gravador reduz pelas suas limitações técnicas o campo da investigação às situações de interacção em que o desenrolar e a estruturação assentam por uma parte essencial em actividades de natureza verbal, como ainda opera um registo monocanal das mesmas. O canal auditivo explorado pelo gravador autoriza apenas o registo das produções sonoras inerentes às actividades verbais. A multicanalidade da comunicação não é salvaguardada pelos registos meramente áudio. A voz é fixada, deixando de fora do campo de investigação todas as outras facetas corporais da comunicação: posturas,

⁵ As peças de teatro radiofónico exploram e aproveitam a actividade cognitiva de um ouvinte empenhado em reconstituir mentalmente cenas e acções com base em indícios sonoros produzidos para o efeito. A riqueza desta actividade do ouvinte de uma peça radiofónica tem afinidades com a de um transcritor, cujo alcance não deve ser subestimado. [comparação sugerida por Adriano Duarte Rodrigues – Reunião GIID do 06-12-2010]

gestos, expressões mímico-faciais e proxémica, nomeadamente. Impõe-se uma precisão, no entanto: existe entre os vários canais, vocais (nos planos segmentais e suprasegmentais), gestuais e mímico-faciais, paralelismos e redundâncias que limitam a perda de dados resultantes de registos monocanais. O «(...) *paralelismo voco-gestual na expressão das emoções e das atitudes permite a sua transmissão por um só canal: unicamente auditivo ou visual*» (Calbris & Porcher, 1989: 185). As modalizações enunciativas, tal a ironia (Calbris & Porcher, 1989: 180), são transmitidas quer pela expressão mímico-facial (canal visual) quer pela entoação (canal auditivo). Uma gravação áudio, registo monocanal, permite portanto capturar modalizações enunciativas. A justa apreciação do valor documental de gravações áudio é indissociável de uma análise do importante papel funcional da entoação nos planos semântico, pragmático, da alternância de vez, etc. (Couper-Kuhlen & Selting, 1996 ; Binet, 2000). As capacidades sensoriais de um investigador no terreno superam em muito as limitações técnicas de um gravador. Uma câmara de filmagem também, igualando ainda por cima a capacidade memorial do gravador: muitos⁶ detalhes do desenrolar da interacção são passíveis de visionamentos repetidos e multimodais em condições que garantem uma grande fidelidade de reprodução do acontecimento interaccional.

Todas as coisas sendo iguais, mais do que um gravador, uma câmara de filmagem é de longe a melhor opção metodológica para auxiliar o etnógrafo na sua pesquisa de terreno. No entanto, nem todas as situações são iguais e existem bons motivos para a utilização de gravadores. Estes motivos prendem-se 1) com os desafios levantados pelas aberturas de terrenos, 2) com a perspectiva “naturalista” que define a abordagem etnográfica e 3) com o valor documental das gravações que, como já tivemos oportunidade de salientar na secção anterior, importa não subestimar.

A abertura de um terreno de observação pode exigir múltiplas diligências e negociações que se revelam demoradas e de desfecho incerto, problema muito agudo em vários

⁶ *Muitos* detalhes, e não todos: os registos são sempre selectivos. O número de câmaras de filmagens, a(s) sua(s) disposição(ões), a(s) sua(s) orientação(ões), a(s) altura(s) e largura(s) de plano, a(s) sua(s) eventual(ais) mobilidade(s), etc., constituem um leque de opções técnicas a ponderar cuja existência chama a atenção sobre o ponto seguinte: os registos são o resultado de muitas decisões tomadas em montante pelos investigadores. Não existem registos “puros e integrais”. Os dados são sempre em certa medida “artefactos metodológicos” que é preciso encarar como tais numa atitude de vigilância epistemológica.

domínios de investigação etnográfica, nomeadamente o dos estudos organizacionais e institucionais. Por razões de natureza legal e ética, a presença física de um observador nos terrenos de exercício de uma profissão precisa de ser autorizada superiormente e consentida localmente pelo conjunto dos seus protagonistas. A pesquisa de terreno assenta em negociações iniciais e contínuas visando fazer aceitar a presença física do observador nos vários quadros de interacção próprios a cada profissão. Frequentemente incompleta (certos profissionais de uma dada instituição dão o seu acordo, outros recusam) e limitada (o acordo não se estende a todos os quadros de actividade, certas reuniões, por exemplo, ficando de fora), esta abertura está sujeita a renegociações. A pesquisa etnográfica é condicionada por estes acordos de abertura de terrenos que enquadram a presença do etnógrafo. O etnógrafo é um “estranho” nem sempre muito bem-vindo e acolhido. Conquistar o respeito e a confiança dos actores é uma componente importante do trabalho do pesquisador de terreno. A salvaguarda do anonimato é muitas vezes uma questão contemplada pelos acordos conducentes à abertura dos terrenos. O recurso a técnicas auxiliares de registo precisa de ser acordado no decurso destas negociações. Muitos actores não autorizam filmagens receando pelo seu anonimato nem acolhem de bom agrado qualquer pedido neste sentido. Ponto final. Os pedidos de filmagens dificultam as negociações de abertura de terreno, ameaçando assim inviabilizar a pesquisa de terreno. Sem terreno aberto à observação, não há etnografia. Os etnógrafos trocam entre si dicas para contornar ou minorar estes condicionalismos. Uma destas dicas consiste precisamente em evitar ou pelo menos em ter muita cautela antes de pedir a autorização para filmar, pedido que, pelo seu carácter invasivo, cria um contexto favorável à cristalização das recusas, processo que pode levar ao fecho de um terreno. O carácter menos invasivo de uma gravação facilita a negociação da sua utilização. Mas a minha experiência obriga-me a alertar os meus colegas: mais facilmente negociável do que filmagens, pedidos para gravar não deixam de dificultar a abertura de terrenos, nomeadamente em contextos institucionais. Renunciar a utilizar técnicas auxiliares de registo pode ser em muitos casos a melhor opção a tomar para garantir a abertura de terrenos. Na minha qualidade de antropólogo, não posso deixar de salientar isso e de encorajar a etnografia sem condicionar de forma alguma o seu desenvolvimento ao recurso a técnicas auxiliares de registo. O meu humilde contributo consiste em dar a conhecer as potencialidades destas técnicas favorecendo assim a sua aplicação sempre que possível, sem no entanto denegrir as

pesquisas que delas prescindem. Acima de tudo, sou um etnógrafo convicto das forças e do alcance da pesquisa de terreno, com ou sem recurso a técnicas auxiliares de registo.

Mesmo nos casos em que existe abertura dos actores no que respeita a filmagens das suas actividades, o etnógrafo precisa ainda de ponderar criteriosamente o seguinte problema à luz da perspectiva “naturalista” que anima o seu projecto científico: em que medida a introdução de uma câmara (ou de várias câmaras permitindo capturar comportamentos concomitantes dos vários participantes à interacção, para efeitos de análise da sua intersincronização) arrisca interferir no normal desenrolar da interacção estudada? O investigador defronta aqui o paradoxo da observação (Labov): pretendemos observar o comportamento que os sujeitos adoptam “espontaneamente” fora de uma situação de observação. Convém insistir que nenhuma opção permite superar por completo este paradoxo metodológico. O não recurso a técnicas auxiliares de registo não anula os efeitos decorrentes da presença em campo do observador.

Interessado em recolher comportamentos “naturais” (não provocados ou modificados pela investigação), o observador procura em minimizar eventuais reacções decorrentes da sua presença no terreno. Este princípio de “não-reactividade” (Peretz) é tido em conta no desenho dos projectos de pesquisa e das suas opções metodológicas.

Certos acontecimentos festivos e rituais encarados pelos próprios “nativos” (ou membros da cultura institucional em análise) como objectos dignos de serem filmados reúnem condições para avançar com filmagens, lado a lado com filmagens autóctones (as quais podem constituir fontes documentais complementares). A festa organizada num serviço para celebrar a saída da vida activa e a entrada na reforma de um funcionário pode ser espontaneamente filmada por parte dos seus protagonistas, limitando assim o impacto das próprias filmagens do investigador. No entanto, fora destes contextos muito específicos, o carácter “natural” de comportamentos filmados pode ser questionado, ao ponto de limitar o recurso a câmaras de filmagem.

Confrontados a este duplo problema (recusas dos pedidos de autorização e indução de mudanças comportamentais), certos investigadores renunciam à orientação etnográfica das suas pesquisas, sacrificando a perspectiva “naturalista” que lhe é inerente. Deixam de encarar a vida quotidiana como um retalho de múltiplos terrenos a observar, optando por criar situações “artificiais” planeadas para gerar dados a analisar. Estes

investigadores desvinculam-se da etnografia, aproximando-se da psicologia social experimental. Podem instalar todas as câmaras necessárias à análise multimodal dos fenómenos que pretendem estudar, sem se preocuparem com o respeito pela integridade de um quadro interactivo “natural”. Estas linhas de investigação saem dos quadros disciplinares da sociologia e da antropologia. A AC deixa de ter (e de poder ter) como principal objectivo o estudo dos usos da linguagem em contextos naturais. A interface da vida social e da linguagem observada nas múltiplas e variadas situações de interacção conversacional da vida quotidiana se situa fora deste novo campo de investigação delimitado por esta reorientação metodológica. Como é evidente, nenhum antropólogo está disposto a pagar um tal preço: renunciar às pesquisas de terreno em benefício de experimentações laboratoriais. A vida social é um continente a descobrir e a observar demasiado rico para os antropólogos aceitarem confinar os seus estudos aos horizontes limitados de situações experimentais artificialmente controladas: seleccionar estudantes universitários convidados a debater temas escolhidos pelo investigador no quadro de um grupo conversacional de três elementos sentados em U frente a uma câmara num gabinete fechado (Galhano Rodrigues, 2007: 761-764). Mesmo se neste caso também importa alertar contra o risco de subestimação do valor documental de filmagens realizadas nestas condições artificiais, confinar a AC a estudos em gabinetes fechados limita drasticamente o campo das suas aplicações e o alcance dos seus resultados.

Para os investigadores decididos a não renunciar à orientação etnográfica da AC, como é o meu caso, o gravador áudio surge como alternativa a equacionar, tendo em conta o impacto menor que lhe confere aparentemente o seu carácter menos invasivo. Mais: em certos casos, a sua utilização pode dispensar a presença física do observador nas interacções gravadas. Esta opção não consiste em eliminar a observação desarmada da pesquisa de terreno. Esta última, contemplada em várias etapas da investigação (iniciais, *on going* e finais), permanece muito importante para o aprofundamento e a melhor contextualização da análise de um corpus de gravações.

O próprio impacto da gravação áudio pode ser analisado, nomeadamente nos pedidos de autorização que constituem uma das suas interferências mais salientes sobre o normal desenrolar das interacções. O estudo destas sequências localizadas nas aberturas

conversacionais dos atendimentos sociais do nosso corpus nos levou a relativizar a objecção levantada contra o recurso a gravações decorrente do Paradoxo do observador (Rodrigues & Binet, 2010).

Passo a reproduzir a conclusão deste estudo:

Harvey Sacks surpreendia os seus alunos pela sua relativa despreocupação no que respeita à qualidade dos dados recolhidos para efeitos de investigação. Esta despreocupação de ordem metodológica tinha fundamentos teóricos sólidos: profundamente enraizados (Rodrigues 2005 : 176), os procedimentos usados pelos falantes para coordenar as suas trocas conversacionais operam e, por conseguinte, são observáveis em todas as interacções verbais: «*given the possibility that there is overwhelming order, it would be extremely hard not to find it, no matter how or where we looked*» (Sacks 1984: 23).

Os resultados aqui apresentados apoiam esta posição, que relativiza o alcance do paradoxo do observador no domínio da Análise da Conversação. Ausente do normal desenrolar dos atendimentos, os pedidos de autorização para gravar constituem uma sequência suspeita de não autenticidade, cuja ocorrência na abertura da interacção é imposta de fora pela investigação em curso.

No entanto, descrições e análises destas sequências mostram e demonstram a presença de uma ordem constrangedora gerida interactivamente pelos falantes, com recurso a procedimentos observáveis nas outras sequências dos atendimentos de acções sociais gravados no âmbito do nosso Projecto.

O trabalho aqui desenvolvido fundamenta a seguinte conclusão: a abordagem micro-analítica de Harvey Sacks permite apurar o valor documental de sequências suspeitas de não autenticidade à luz do paradoxo do observador. Uma vez gravadas e transcritas, estas sequências constituem uma excelente janela de observação dos vários planos de organização interactiva das trocas verbais mantidas por falantes empenhados em negociar os seus respectivos estatutos de participação e em construir a ordem da interacção que enquadra os atendimentos de acção social (Hall *et al.* 2003).

(Rodrigues & Binet, 2010)

Esta relativa despreocupação de Harvey Sacks motivada teoricamente situa-se nos antípodas de uma reorientação metodológica que afastaria o seu projecto investigativo de uma sociologia de base etnográfica. Bem pelo contrário, Sacks incentiva os seus alunos a abrirem terrenos de observação e gravação, de forma a aplicar a sua abordagem ao maior número possível de campos da vida social.

Qualquer opção metodológica impeditiva da abertura de múltiplos terrenos contraria o seu projecto científico. Mesmo se as câmaras beneficiaram desde os anos 60 do século passado grandes avanços tecnológicos que facilitam o seu transporte e manuseamento no terreno, a maior propensão dos actores a recusar pesquisas envolvendo filmagens e o risco de adulteração dos comportamentos “naturais” provocado pela sua utilização limitam a sua aplicação.

Em jeito de conclusão: uma Micro-Etnografia da fala-em-interacção

As convergências interdisciplinares que unem etnógrafos e analistas da conversação abordadas ao longo do presente texto configuram um campo de investigação que o termo «Micro-Etnografia» designa apropriadamente tendo em conta o seu objecto (a «fala-em-interacção»), a escala micro-analítica e a perspectiva “naturalista” que definem as suas orientações de pesquisa.

O estudo da «fala-em-interacção» (*talk-in-interaction*) gravada (ou filmada) em quadros “naturais” revela mundos de múltiplas acções e tarefas de teor conversacional merecedoras de descrições e análises detalhadas. O estudo dos processos interactivos implicados na «contextualização» do interagir converge e enriquece a abordagem etnográfica dos contextos que enquadram o comportamento humano, evidenciando a interpenetração e articulação de contextos de várias escalas tornados localmente relevantes para e pelos próprios interactantes.

As acções conversacionais desempenham ainda um papel de grande relevo na co-pilotagem interactiva das acções não verbais observadas em contextos laborais, nomeadamente no quadro de actividades de serviço cuja execução é de natureza fundamentalmente comunicativa.

Michel G. J. Binet
GIID-CLUNL / Nov. 2010

Bibliografia

- Alexander, J.C. et al. eds., 1987. *The Micro-Macro Link*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Belmont, N., 1974. *Arnold van Gennep, le créateur de l'ethnographie française*, Paris: Payot.
- Binet, M., 1998. Pour une sémiologie du rite. Éléments de théorie et de méthode. *Arquivos da Memória (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa)*, 4, pp.9-33.
- Binet, M., 2000. Ethno-pragmatique et Prosodie. *Revista FCSH - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 13, pp.363-376.
- Boudon, R., s/d. *Os métodos em sociologia*, Lisboa: Rolim.
- Calbris, G. & Porcher, L., 1989. *Geste et communication*, Paris: Hatier - CREDIF / Didier.
- Chappey, J., 2002. *La Société des Observateurs de l'Homme (1799-1804). Des anthropologues au temps de Bonaparte*, Paris: Société des Études Robespierriennes.
- Cicourel, A., 2008. Micro-processus et macro-structures. *Sociologies*. Available at: <http://sociologies.revues.org/index2432.html#tocto1n3> [Acedido Novembro 22, 2010].
- Cicourel, A., 1992. The interpenetration of communicative contexts: examples from medical encounters. Em A. Duranti & C. Goodwin, eds. *Rethinking context. Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 291-310.
- Corcuff, P., 2008. Aaron V. Cicourel : de l'ethnométhodologie au problème micro/macro en sciences sociales. *Sociologies*. Available at: <http://sociologies.revues.org/index2382.html> [Acedido Novembro 22, 2010].
- Couper-Kuhlen, E. & Selting, M. eds., 1996. *Prosody in conversation : interactional studies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Duranti, A. & Goodwin, C., 1992. Rethinking context: an introduction. Em A. Duranti & C. Goodwin, eds. *Rethinking context. Language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-42.
- Durkheim, É. & Mauss, M., 1971. De quelques formes primitives de classification (1903). Em M. Mauss, ed. *Essais de sociologie*. Paris: Points/Seuil, pp. 162-230.
- Erickson, F., 2004. *Talk and Social Theory: Ecologies of Speaking and Listening in Everyday Life*, Cambridge: Polity Press.
- Erickson, F., 1992. Ethnographic microanalysis of interaction. Em M. D. LeCompte, W. I. Milroy, & J. Preissle, eds. *The handbook of qualitative research in education*. New York: Academic Press, pp. 201-225.
- Fogel, F., 2009. L'ethnologue et l'assignation, sur le terrain de la parenté. *Ateliers du LESC (Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative)*, 33. Available at: <http://ateliers.revues.org/8213> [Acedido Novembro 25, 2010].
- Garcez, P.M., 2008. Microethnography in the classroom. Em K. King & N. H. Hornberger, eds. *The Encyclopedia of language and education - Vol. 10*. Berlin: Springer, pp. 257-272.

Garcez, P.M., 1997. Microethnography. Em N. H. Hornberger & D. Corson, eds. *Encyclopedia of language and education*. Dordrecht (NL): Kluwer, pp. 187-196.

Goyon, M., 2005. La relation ethnographique: une affaire de genres. *Socio-anthropologie*, 16. Available at: <http://socio-anthropologie.revues.org/index444.html> [Acedido Novembro 25, 2010].

Johnson, J., Avenarius, C. & Weatherford, J., 2006. The Active Participant-Observer: Applying Social Role Analysis to Participant Observation. *Field Methods*, 18(2), pp.111-134.

Joseph, I., 1996. Les compétences de rassemblement: Une ethnographie des lieux publics. *Enquête*, 4, pp.107-122.

Kok (de), B.C., 2008. The role of context in conversation analysis: Reviving an interest in ethno-methods. *Journal of Pragmatics*, 40, pp.886-903.

Kwon, W., Clarke, I. & Wodak, R., 2009. Organizational decision-making, discourse, and power: integrating across contexts and scales. *Discourse & Communication*, 3(3), pp.273-302.

Laplantine, F., 2000. *La description ethnographique*, Paris: Nathan.

Levingston, E., 2008. Context and detail in studies of the witnessable social order: Puzzles, maps, checkers, and geometry. *Journal of Pragmatics*, 40, pp.840-862.

Loder, L.L. & Jung, N.M. eds., 2008. *Fala-em-Interação social: Introdução à Análise da Conversa etnometodológica*, Campinas, SP: Mercado de Letras.

Malinowski, B., 2002a. Théorie ethnographique du langage, accompagnée de quelques corrolaires pratiques (1935). Em *Les jardins de corail*. Paris: La Découverte, pp. 237-314.

Malinowski, B., 2002b. Théorie ethnographique du mot magique (1935). Em *Les jardins de corail*. Paris: La Découverte, pp. 315-351.

Mandelbaum, J., 1990. Beyond Mundane Reason: Conversation Analysis and Context. *Research on Language and Social Interaction*, 24, pp.333-350.

McHoul, A., Rapley, M. & Antaki, C., 2008. You gotta light? On the luxury of context for understanding talk in interaction. *Journal of Pragmatics*, 40, pp.42-54.

Micheli, R., 2006. Contexte et contextualisation en analyse du discours : regard sur les travaux de T. Van Dijk. *Semen (Revue de Sémio-linguistique des textes et discours)*. Available at: <http://semen.revues.org/1971> [Acedido Novembro 22, 2010].

Moerman, M., 1996. *Talking Culture. Ethnography and Conversation Analysis* 4.º ed., Philadelphia, USA: University of Pennsylvania Press.

Moerman, M., 1992. Life after C.A. : An ethnographer's autobiography. Em G. Watson & R. M. Seiler, eds. *Text in context. Contributions to Ethnomethodology*. London: Sage, pp 20-34.

Mucchielli, A., 2005. *Approche par la contextualisation. Étude des communications*, Paris: Armand Colin.

Obadia, L. ed., 2003. *L'ethnographie comme dialogue: immersion et interaction dans l'enquête de terrain*, Paris: Publisud.

- Paul-Lévy, F. & Segaud, M., 1983. *L'anthropologie de l'espace*, Paris: Centre Georges Pompidou/CCI.
- Rivière, C., 1995. *Les rites profanes*, Paris: PUF.
- Rodrigues, A.D., 2010. *Objetivos e motivações do estudo das interações verbais do ponto de vista da perspectiva naturalista*. Documento de Trabalho do GIID nº1. Lisboa: FCSH-UNL.
- Rodrigues, I.M.G., 2007. *O Corpo e a fala. Comunicação verbal e não-verbal na interacção face a face*, Lisboa: Fundação C. Gulbenkian / FCT.
- Schegloff, E., 2007. *Sequence Organization in Interaction - A Primer In Conversation Analysis I*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Schegloff, E., 1996. Issues of Relevance for Discourse Analysis: Contingency in Action, Interaction and Co-Participant Context. Em D. R. Scott & E. H. Hovy, eds. *Computational and Conversational Discourse*. Verlag - Berlin - Heidelberg: Springer, pp. 3-35.
- Schegloff, E., 1991. Reflections on Talk and Social Structure. Em D. Boden & D. Zimmerman, eds. *Talk and Social Structure. Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Cambridge: Polity Press, pp. 44-70.
- Schegloff, E., 1987. Between Micro and Macro: Contexts and Other Connections. Em J. C. Alexander et al., eds. *The Micro-Macro Link*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp. 207-234.
- Selting, M., 1992. Intonation as a contextualization device: case studies on the role of prosody, especially intonation, in contextualizing story telling in conversation. Em P. Auer & A. Luzio (di), eds. *The contextualization of language*. Amsterdam: Benjamins, pp. 233-258.
- Segalen, M., 2000. *Ritos e rituais contemporâneos*, Mem Martins: Europa-América.
- Streeck, J. & Mehus, S., 2004. Microethnography: The Study of Practices. Em K. Fitch & R. Sanders, eds. *Handbook of Language and Social Interaction*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 381-404.
- ten Have, P., 2005. *Doing Conversation Analysis. A Practical Guide*, London: Sage.
- Van Gennep, A., 1909. *Les rites de passage*, Paris: Nourry.
- Zimmerman, D.H., 1992. Achieving context. Openings in emergency calls. Em G. Watson & R. M. Seiler, eds. *Text in context. Contributions to Ethnomethodology*. London: Sage, pp. 35-51.